

**POR UMA HISTÓRIA
COMPARADA DO
JORNALISMO
TESTEMUNHAL ENTRE 1964
E 2016: O olhar de Nilson
Lage sobre a História, a
Comunicação e a Formação**

Entrevista

Interview

Entrevista

Daniela Barbosa de Oliveira¹

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior²

Entrevista realizada em maio de 2016, com o jornalista e pesquisador Nilson Lage, professor titular aposentado do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, estudioso da linguagem jornalística no Brasil.

Recebido em: 30.05.2016. Aceito em: 30.05.2016. Publicado em: 30.05.2016.

¹ Mestre em Ciências do Ambiente (CIAMB-UFT), Graduada em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: kallaw2@gmail.com.

² Pós-Doutorando em Jornalismo e Sociedade (FAC-UnB). Doutor em Comunicação (UFBA) e professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins – UFT. Coordenador do do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: gilsonporto@uft.edu.br.

Nilson Lemos Lage, doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (1986), mestrado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1978) e bacharel em Letras/Russo (1977). Professor aposentado do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Trabalhou no “O Globo”, “Jornal do Brasil”, “Última Hora”, “Bloch Editores”, “Diário Carioca” e na Televisão Educativa do Rio de Janeiro, entre outros veículos de comunicação. Foi presidente do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. Autor dos livros *Ideologia e Técnica da Notícia*, *Estrutura da Notícia*, *Linguagem Jornalística*, *Controle da Opinião Pública* e *A Reportagem: Teoria e Técnica de Pesquisa*.

Rev. Observ.: O senhor vivenciou nas últimas décadas diversos momentos de um ‘Brasil instável’ (pelo menos discursivamente falando), onde forças têm disputado o poder. Qual o papel da mídia (ou que deveria ter)? Poderia comentar essa questão?

No início da década de 1960, quando iniciamos no *Jornal do Brasil* nossa atuação profissional com alguma responsabilidade editorial após alguns anos de aprendizado em pequeno (e influente) jornal do Rio de Janeiro, o *Diário Carioca*, tínhamos a convicção de que o jornalismo era basicamente observação e relato – portanto, a valorização do fato com relação às versões. Qualquer presunção tomada como ponto de partida seria uma hipótese que, se poderia desmentir ou modificar.

Em suma, como definiu Néelson Rodrigues, a mando de Roberto Marinho, éramos os “idiotas da objetividade” - Jânio de Freitas, José Tamos Tinhorão, José Carlos Lago Burnett, Oscar Maurício de Lima Azedo, Edison Carneiro (o folclorista),

Hélio Pólvora de Almeida, e mais José Carlos Oliveira, Nélon Pereira dos Santos, Nílson Vianna, Décio Vieira Ottoni (não me lembro de todos)... outros tantos que passaram pelo primitivo *copy desk* do *JB*.

O Globo, onde Nélon escrevia, tinha conteúdo parecido com o que hoje predomina na grande mídia: imposição à realidade de uma hipótese de verdade que se toma, por conveniência, como questão de fé.

Passado tanto tempo, mantenho o ponto de vista: acredito piamente que a única saída para o jornalismo é o testemunho objetivo dos fatos e sua interpretação aberta e plural, com fonte explícita. Mudaram as condições políticas e os instrumentos técnicos; essencialmente, nada mudou.

Rev. Observ.: Em 1964 o senhor trabalhava no Jornal do Brasil e Última Hora, poderia partilhar como jornalista qual o sentimento existente na época? Que narrativas foram construídas em 1964? Como os jornalistas, e no caso específico, o senhor percebia a questão/relação da mídia nessa construção?

Em 1964, quando ocorreu o golpe de Estado, eu era redator-chefe de *Última Hora* do Rio de Janeiro: o jornal, o de maior circulação no país, tirava oito edições diárias impressas no Rio, São Paulo, Porto Alegre e Recife.

Trabalhava no *Jornal do Brasil*, de onde fui demitido, em 1962, após uma greve – a única de que tenho notícia – que paralisou a circulação dos jornais cariocas. Nada essencialmente ideológico: éramos pagos, então, com o salário-mínimo dos trabalhadores em geral e o restante “por fora”, isto é, sem direito a férias, indenização (não havia fundo de garantia, mas estabilidade ao fim de dez anos trabalhados; o 13º salário foi instituído por João Goulart por aqueles dias) etc. A forma encontrada para compensar essa fraude era, nas maiores empresas, dar aos profissionais mais destacados ou próximos a direção um emprego público, geralmente em lugares

assombrados por fantasmas e conhecidos como “salas da imprensa”. Queríamos mudar isso – e conseguimos.

A repressão foi violenta: os empresários decidiram, em bloco, não empregar nenhum de nós, grevistas; eu, pessoalmente, só voltei a ter a carteira de trabalho assinada dois ou três meses depois, quando Samuel Wainer, dono da *UH*, decidiu quebrar o pacto. No interregno, trabalhei, contra recibo, no *Jornal dos Sports*.

Para se entender o capítulo “mídia” da conspiração que levou ao golpe de 1964, é preciso recuar uns quinze anos.

No pós-guerra, montados em dinheiro num volume jamais visto aqui, os americanos vieram às compras. Inicialmente, associaram-se a Assis Chateaubriand, que lhes pareceu versão latina e engraçada do *self-made-man* de sua mitologia empresarial: deram-lhe o suporte tecnológico necessário à implantação da televisão e conviveram por bom tempo com a loucura administrativa dos *Diários Associados*.

A ocupação de espaços culturais teve lances sutis e outros violentos. O mais agressivo destes foi o estrangulamento da nascente indústria cinematográfica paulista, montada em grandes estúdios (Vera Cruz, em São Bernardo do Campo; Maristela, no bairro paulistano de Jaçanã) com o aproveitamento de pessoal técnico deslocado pela guerra em países da Europa, notadamente a Itália: as distribuidoras americanas retiveram a distribuição internacional dos filmes, área que monopolizavam. e pressionaram os distribuidores locais para que fossem mal programados no mercado interno. Uma operação de relações-públicas que envolveu várias formas de suborno de jornalistas, promoveu a crítica negativa mesmo para obras excelentes. Anselmo Duarte, autor e diretor de *O pagador de promessas*, palma de ouro no Festival de Cannes, na França (único filme brasileiro a ter esse prêmio, até hoje). Jamais se recuperaria da campanha de desmoralização e descrédito montada contra ele.

O avanço sobre as agências de publicidade resultou quase automaticamente

da invasão de marcas americanas em setores que mais programam publicidade: indústrias alimentícias, produtos de higiene, cosméticos e eletroeletrônicos. Em 1964, a maioria das agências já pertencia a empresas americanas ou a grupos locais a eles associados.

As gravadoras musicais foram todas compradas. Os novos donos suprimiram os tradicionais catálogos de carnaval e meio-de-ano e impuseram, além de gravações de sucesso nos Estados Unidos, uma enxurrada de melodramáticos boleros mexicanos. Os compositores locais recuperaram algum espaço, lentamente, incorporando novos componentes – até o sotaque – a seus trabalhos, aproximando o samba-canção do bolero (sobretudo na fase da fossa – Dolores Duran, Antônio Maria), ou recriando laboriosamente o samba com acento de jazz, na bossa-nova que, afinal, se consagrou como gênero internacional.

As histórias em quadrinhos tinham um passado de criação local, de inspiração principalmente francesa, com heróis infantis ingênuos como Reco-reco, Bolão e Azeitona, criados por Luís Sá em 1931 e que protagonizavam suas aventuras na revista *Tico-Tico*. A liquidação dessa concorrência ingênuo começou com o rápido êxito de tiras americanas traduzidas pela Editora Brasil-América, Ebal (com heróis como *Superman*), logo seguida pela Editora Globo, de Roberto Marinho, com as tiras importadas do *Gibi* e do *Globo Juvenil*. Essas publicações, que atingiam circulação gigantesca, foram rapidamente superadas quando Victor Civita, americano de Nova York, obteve contrato de exclusividade dos heróis de Walt Disney para sua Editora Abril, fundada em 1950.

Marinho recebeu o golpe sem reclamar. Bom *publisher*, mau editor, admirava as estratégias comerciais da mídia americana; empregou-as (do estilo gráfico à ênfase nos temas locais e comunitários) no vespertino carioca que herdou do pai, Irineu. No pós-guerra, mostrou-se dedicado cliente da expansão americana no Brasil. Prestou serviços memoráveis no processo que levou ao suicídio de Getúlio Vargas e à

superação de seu projeto nacionalista. Com área de influência restrita ao Rio de Janeiro – onde circulava *O Globo* e era ouvida a *Rádio Globo* – recebia atendimento secundário até que se configurou a doença neurológica de Assis Chateaubriand, no começo dos anos 1960, e ele criou o condomínio dos Diários Associados, em que os americanos, por bom senso, não confiavam.

Imediatamente após o golpe de 1964, que tanto ajudou a promover, Marinho firmou um contrato de parceria com a *Time* (na época, *Time-Life*) que lhe permitiu montar emissora de televisão no Rio e – importante para ele – em São Paulo, mercado até então impenetrável.

A invasão americana no pós-guerra foi muito bem recebida pela elite paulista, oriunda do ciclo do café, sempre disposta a se vingar da derrota do levante de 1932 (a chamada “revolução constitucionalista”) e combater o projeto nacional de Getúlio Vargas, a quem culpava pela perda posição hegemônica que mantinha na República Velha (até a revolução de 1930). A intelectualidade orgânica acantonada na Universidade de São Paulo e a oligarquia do estado encontraram nos americanos o modelo do liberalismo capitalista “moderno” que poderia rejuvenescer seu projeto político. Em ambiente ainda provinciano, em que pontificava *O Estado de São Paulo*, o espírito era – e seria sempre – de franca colaboração.

Os principais veículos de comunicação estavam concentrados no Rio de Janeiro, capital da República. O mais importante era a *Rádio Nacional*, empresa incorporada ao patrimônio da União e não utilizada para fins políticos partidários. Diários, além de *Última Hora*, que Samuel Waine criou, em 1951, para apoiar o trabalhismo e Vargas, e *O Globo*, fundado em 1925, o *Jornal do Brasil*, desde 1891; o *Correio da Manhã*, de 1901; o *Diário de Notícias*, de 1930; *O Jornal*, de 1919 (comprado em 1924 por Assis Chateaubriand), entre vários outros– o mais antigo, o *Jornal do Commercio*, de 1824.

O *Correio* e o *Diário*, principalmente, eram veículos conservadores com

discurso próprio. O primeiro tinha passado combativo (orgulhava-se de estar sempre em oposição ao governo, qualquer um) e uma redação de intelectuais destacados (entre outros, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Pascoal Carlos Magno, Aurélio Buarque de Holanda, e Eurico Nogueira França); o segundo, tradição nacionalista e liberal (resistiu aos encantos do Departamento de Imprensa e Propaganda, na ditadura Vargas); ambos só iriam aderir francamente ao golpe de 1964 em sua antevéspera, quando a conspiração estava consolidada.

O papel dos meios de comunicação no golpe militar de 1964 e no golpe jurídico-parlamentar de 2016 coincide nos efeitos, mas difere em muitos aspectos. Em primeiro lugar, em 1964 não havia *Rede Globo*: a televisão tinha influência muito menor na opinião pública e a audiência se repartia entre várias empresas com características diferentes: para uma *TV Tupi*, dos Diários Associados, engajados na conspiração, havia uma *TV Excelsior*, vinculada à companhia aérea Panair do Brasil e à *Rádio Mayrink Veiga*, do Rio de Janeiro, que apoiava o segmento do trabalhismo mais à esquerda e cedia os microfones a Leonel Brizola – empresas essas liquidadas todas nos meses seguintes.

Também não havia revistas ilustradas semanais com reportagens de denúncia que os diários repercutissem ao longo da semana; magazines ilustrados, *O Cruzeiro* (lançada em 1928) e *Manchete* (1952) não se prestavam a isso.

Diferentemente dos demais diários, o *Jornal o Brasil* se sustentara por décadas – desde a crise financeira de 1929, creio – com uma redação mínima e o virtual monopólio dos anúncios classificados, mercado que os demais veículos desprezavam. Em meados dos anos 1950, Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro – viúva de um negociante que comprou o título de conde do Vaticano no início do século XX – decidiu fazer daquele traste um jornal moderno. A renovação foi, de fato, radical – do texto que incorporou a técnica do lead americano (talvez mais o inglês) à diagramação, criada por Amílcar de Castro, escultor construtivista.

O resultado foi a conjunção de duas qualidades que o sistema não admite que andem juntas: influência em um segmento relevante da sociedade (a nova classe média que surgia com o desenvolvimento do país) e pouca dependência do esquema publicitário e financeiro.

Tínhamos, então, no *JB*, alguma liberdade que permitiu, por exemplo, a Jânio de Freitas, então secretário de redação, expressar editorialmente admiração e espanto por uns sujeitos, que, na serra principal da ilha de Cuba, a Sierra Maestra, se dispuserem a enfrentar a ditadura cubana, tirando o país da condição de 'cassino e puteiro' para americanos ricos.

Quando Jânio deixou a secretaria – o jornal já sob forte pressão econômica – José Ramos Tinhorão e eu partilhamos por algumas semanas a responsabilidade pela edição. Foi então, em 1962, que tive as primeiras indicações de que havia uma conspiração em curso.

Os jornais começaram a noticiar a agitação e prováveis levantes de sargentos do Exército. Pedi a José Gonçalves Fontes, repórter criterioso, que apurasse o alcance da coisa; ele me fez um relatório informando que os militares citados então ocupavam cargos administrativos. A partir daí, passei a noticiar o assunto em páginas internas. O superintendente da empresa, Manuel Francisco do Nascimento Brito, genro da condessa, foi taxativo: exigiu uma chamada por dia na primeira página e uma foto, pelo menos, por semana, com destaque. Não era trivial esse comportamento.

Na mesma época, eu assessorava a Loteria Federal, mantida pelo Conselho Superior das Caixas Econômicas, e o governo promoveu uma campanha publicitária. Ao receber a programação de mídia, constatei que *Última Hora*, único jornal que apoiava o governo e o de maior circulação no país, não estava programada. A agência publicitária vencedora da licitação, MacCann Erickson, não tinha sequer a tabela que tivemos que ir buscar por um contínuo.

A conspiração que levaria ao golpe de 1964 era tocada, na mídia, por um pool publicitário que utilizava técnicas de pesquisa de mercado pouco conhecidas no país. Para envolver o *Jornal do Brasil* – e, portanto, seus influentes leitores – a Marplan (*Market Planning*) estudou o mercado publicitário. Constatou que os anúncios de imóveis, não os de emprego, eram o forte dos classificados, em volume e, principalmente, em valor; e que os pequenos anunciantes comportavam-se como caudatários de um grupo limitado de imobiliárias que monopolizavam a construção civil na cidade que se expandia em bairros nobres.

A pressão se fez por aí. O *O Jornal*, de Assis Chateaubriand, criou um caderno de classificados; articuladas por pressão dos bancos financiadores (com destaque para o Banco Nacional, de José de Magalhães Pinto, então governador de Minas Gerais), as incorporadoras de imóveis mudaram-se em bloco para lá e, em poucas semanas, com a revoada de todos os anunciantes, o *JB*, que saía aos domingos com mais de cem páginas, encolheu para pouco mais de 30.

Empresarialmente, não havia como resistir – e, se havia, não era esse o terreno em que se daria bem um administrador ingênuo como Nascimento Brito. Sua única reação foi encomendar um editorial a Hermano [de Deus Nobre] Alves, jornalista oriundo da *Tribuna da Imprensa* de Carlos Lacerda e que mais tarde combateria a ditadura militar, seria eleito deputado (na minibancada oriunda da resistência do *Correio da Manhã*, ao lado de Márcio Moreira Alves) e teria o mandato cassado. O texto foi publicado ocupando toda a primeira página em uma edição de sábado: cifrado, dirigido, muito sutil, passou despercebido. Não o encontrei nas coleções da Biblioteca Nacional e do próprio *Jornal do Brasil*: lembro-me apenas que apontava os riscos da unanimidade da imprensa.

A intervenção na redação ocorreu simultaneamente com a contratação de Alberto Dines como editor-chefe, (havia a intenção de manter a identidade *moderna* do jornal). sem ingerência, porém, no conteúdo dos textos. Isso ficou a cargo de

outro profissional, Wilson Figueiredo, que lia as matérias antes e depois de passarem pelo *copy desk* onde, segundo a crença generalizada, imperava o “perigo comunista” - isto é, a pretensão inusitada de fazer um jornalismo voltado para os fatos, não para as versões convenientes. Os editoriais passaram a ser escritos na assessoria de imprensa da *Rio Light* onde, sob o comando de Odylo Costa Filho (ele escrevia o filho em letra minúscula e punha uma vírgula antes), trabalhavam o comissário de polícia Rubem Fonseca e a escritora católica Nélida Piñon. Pelo estilo, suponho que quem os redigia era Rubem. Vinham datilografados com perfeição em máquina de escrever elétrica, uma raridade na época.

Episódio típico desse tempo foi a edição da notícia de um relatório do Ministério da Justiça, distribuído pela Agência Nacional, em que se acusava a *Brascan*, *holding* canadense da *Light*, de tomar empréstimos de bancos oficiais a juros subsidiados e repassá-los a subsidiárias – as empresas que abasteciam de eletricidade as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo – com juros de mercado; isso lhe permitia apresentar bons lucros enquanto as prestadoras do serviço mostravam prejuízos.

Recebi o texto da agência, percebi que era um vespeiro mas – tinha 27 anos de idade – repassei sem dizer nada ao redator mais neutro do *copy*, o romancista baiano Hélio Pólvora. A matéria veio como a técnica manda: destacando o que contei no parágrafo anterior. Wilson leu e, como eu temia, devolveu com a determinação de omitir o essencial e destacar a importância histórica do sistema Light nas cidades por ele abastecidas.

Contemplei-o com um sorriso. E ele: “É preciso demitir o comunista que escreveu isso..”. Respondi lembrando o passado dele como agitador de rua em Belo Horizonte “antes de se converter”. Saiu bolacha e Dines apartou a briga.

Rev. Observ.: O senhor comentou recentemente nas redes sociais “Posso,

portanto, assegurar que o que se conhece como “golpe militar” foi, na verdade, resultado de um processo idêntico ao que se passa agora. O sentimento é quase de paramnésia, de déjà-vu.” Poderia retomar essa questão?

As forças armadas vivem um dilema comum a todas as profissões que, no Brasil, dependem de tecnologia importada: o conflito entre a missão e a formação.

Como conciliar as demandas objetivas de um país em desenvolvimento que se pretende, ou pretendia, potência regional e a doutrina e as técnicas adotadas pelo exército de um país convencido de sua excepcionalidade e dotado de recursos enormes para a missão de dominar a Terra e os planetas a serem conquistados?

Os militares brasileiros sempre se dividiram entre o amor à pátria que justifica a existência de forças armadas e a natureza dependente do país, que se manifesta na ideologia da classe dominante. Como ocorre com todas as corporações, sua força decorre de sua unidade, o que implica comportamento errático, dependente do grupo que, eventualmente, assume a hegemonia.

Na década de 1950, no Exército e na Marinha, a posição legalista foi predominante. Consolidou-se quando, em novembro de 1955, o então General Henrique Duffles Teixeira Lott conteve a conspiração de oficiais da Escola Superior de Guerra (o chamado “grupo da Sorbonne”, onde pontificava, como ideólogo, Golbery do Couto e Silva) e impôs a posse de Juscelino Kubitschek na Presidência da República. O cruzador Tamandaré, em que se refugiou o então presidente provisório, Carlos Luz, navegou até Santos, em São Paulo, mas rendeu-se por não encontrar adesão nas forças da Marinha, particularmente no Corpo de Fuzileiros Navais, a tropa de elite, ou, mesmo, na Aeronáutica.

Essa vitória legalista decorreu, em grande parte, da repulsa à quebra da hierarquia militar (quando Carlos Luz em punir um oficial, o Coronel Jurandir Mamede, que, desobedecendo ordens, fez um discurso político contrário à posse dos

candidatos eleitos); a provocação de episódios com características similares de insubordinação foi o ponto mais trabalhado pela conspiração que precedeu o golpe de 31 de março – completado, efetivamente, em 1º de abril.

Agentes foram facilmente infiltrados entre praças do Exército e da Marinha e a mídia cuidou de promover toda sorte de descontentamento nos quartéis – por exemplo, a situação dos sargentos que, alcançando nível superior de formação acadêmica, julgavam-se com direito a maiores regalias.

Uma cópia do *Encouraçado Potemkin*, filme de Serguei Eiseinstein, produzido em 1925, sobre o levante dos marinheiros russos em 1905, estreou nos cinemas, em sessão especial para os marinheiros. Levantes inconsequentes de fuzileiros e marujos ocorreram, em Brasília e no Rio de Janeiro.

Toda ação subversiva, em sua fase de planejamento, beneficia-se da radicalização exposta daqueles que pretende derrubar. Em todos os momentos, funcionou a retórica emocional da imprensa, que se aplicava em associar o governo a alas extremadas – aqueles segmentos, comuns na juventude de classe média, que leram a orelha de livros de História e querem resolver em meses, sem consideração dos contextos, processos que, na realidade, se construíram em décadas e em séculos.

Daí a sensação do “já-visto”. Diferente é a evidência, agora mais clara, da luta de classes; destacadamente. Distinta, também, a questão do nível das lideranças. Humberto de Alencar Castelo Branco era um oficial presunçoso e frustrado, mas não medíocre ou corrupto; por mais que se discorde de um Roberto Campos ou de um Eugênio Gudin, não se pode negar a competência desses homens.

Rev. Observ.: Seria possível o senhor falar um pouco sobre como era o sentimento nas redações do *Jornal do Brasil* e *Última Hora* quando da construção da narrativa do Golpe de 1964? O senhor percebe um sentimento semelhante na construção da narrativa midiática atual?

Há uma representação ideológica para o jornalista como testemunha que, de perspectiva pessoal (de sua cultura, de sua classe, de seu tempo), ousado e livre, descreve e interpreta os fatos, comprometido essencialmente com a verdade. Mas, o mais das vezes, trata-se de empregado obediente numa estrutura que ora se assemelha a uma indústria de ideias reproduzidas em série, ora a uma prestadora de serviços, ora a loja de departamentos onde se vendem representações fantásticas do mundo.

O ambiente nas redações de jornais brasileiros na década de 1950 – velhas ideias, serviço deficiente, representações banais – não difere em nada de relatos que se incorporaram à literatura do início do século, notadamente os textos de Lima Barreto: algumas figuras destacadas de intelectuais e próceres políticos enfeitando a máquina de reprodução ideológica. A já então crescente massa de pessoas ocupadas em organizações industriais modernas – técnicos, gestores, trabalhadores qualificados – não se identificava com o estilo pedante e repetitivo, com os jargões policiais ou com a presunção dos suplementos literários.

Última Hora deu a primeira sacudida nesse modelo em 1951: importou a diagramação argentina, industrialmente trabalhosa, mas requintada para a época e se impôs como jornal popular, de linha trabalhista, não doutrinário e não chulo: procurava equilibrar, já na primeira página, temas atraentes para a venda – o que as pessoas gostam de ler – e temas de prestígio – supostamente, o que elas devem ler. Também por isso, e não só pela linha política, incomodou bastante. *O Jornal do Brasil* veio, no fim da década, de origem oposta: tradicional, católico, tão de elite que pouquíssimos liam, abriu-se para o que parecia mais moderno, e deu o segundo choque.

O clima na redação predominantemente jovem do *Jornal do Brasil*, no período em que lá estive, era típico dos empreendimentos pioneiros: supúnhamos que estávamos

fazendo história. Da câmera fotográfica Laika, da Alemanha Oriental, à Nikon, japonesa; do lead meio americano, meio inglês, aos ditames gramaticais e estilísticos do Manifesto, da Semana de Arte Moderna; da dependência do salário à inocência da corrupção, tudo apontava para o espelhamento de um país diferente.

Contraditório, decerto: a bossa-nova, orgulho nacional, era uma adaptação do jazz, tão brasileira quanto, mal comparando, as *Rapsódias Húngaras*, de Joannes Brahms, são húngaras (Tinhorão pagou caro por demonstrar isso); o cinema novo, tão sofisticado que só era realmente compreendido em festivais como o de Cannes; a voga dos lambris de jacarandá, lançada nos prédios de arquitetura moderna, logo esgotaria as reservas florestais baianas – mas críticas desse tipo surgem sempre depois, sobre obra feita.

Última Hora era, em 1962, bem diferente. Dirigida por Moacir Werneck de Castro, um dos trabalhadores intelectuais mais destacados de seu tempo (cronista, tradutor multilíngue, testemunha de décadas de História), a redação reunia, desde o repórter policial que entrevistava o bandido eleito pela polícia para ser morto, até o especialista em análise da conjuntura econômica e o colunista (no caso, Paulo Francis) eleito por Samuel Wainer para a terceira página porque tinha um estilo agressivo, adequado para polemizar com Carlos Lacerda. Mais próximos de mim, na redação dos textos finais, gente que eu já conhecia do JB, como Maurício Azêdo (demitido, como eu, por ocasião da greve), e novos colegas, como Aguinaldo Silva, que depois reencontraria no Globo.

A diagramação da primeira página, em 'paquês de chumbo', com fios grossos (de um paica) em azul, exigia tempo; na verdade, as matérias eram praticamente encaixadas em um esquema básico. O critério era combinar chamadas "de venda" (polícia, esporte, questões urbanas, reivindicações sempre chamadas de exigências; "bancários *exigem...*") e "de prestígio", ou formativas (economia, política, cultura). Se a manchete era "de venda", a segunda matéria em destaque era "de prestígio", ou o

contrário; considerava-se ainda o valor de atração da fotografia na metade superior da página (fica dobrada em banca).

Dois eventos internacionais marcaram a época em que trabalhei lá: a conquista do espaço, que a União Soviética, após o voo de Yuri Gagarin, liderava amplamente; e o Concílio Vaticano II, cujo principal documento, *Gaudium et Spes*, somava-se à encíclica *Pacem in Terris* (abril de 1963), de João XXIII, indicando o engajamento da Igreja Católica na crítica da ordem social e na busca de uma sociedade mais equânime (nas décadas seguintes, a igreja sofreria processo radical de reação interna a essa postura, enfrentaria forte pressão econômica e pagaria pesado custo político, tanto na América Latina quanto na Europa). Esse o clima que cimentou a abertura à esquerda do governo trabalhista de João Goulart: nunca se julgara tão iminente a reversão da iniquidade nas relações entre países e classes sociais.

Nos últimos dias de maio de 1964, o prédio de *Última Hora*, na Rua Sotero dos Reis, Praça da Bandeira, Rio de Janeiro – onde, mais tarde, se implantaria a zona do meretrício, transferida da Cidade Nova perto do Canal do Mangue – era guardado por fuzileiros navais a mando do comandante da corporação, Vice-Almirante Cândido da Costa Aragão, inimizado na oficialidade da Marinha, tanto por suas posições nacionalistas, próximas do trabalhismo, quanto por ter ingressado na Força como soldado.

Quando saí do trabalho, quase quatro horas da manhã, no dia 1º de abril, dei um até logo ao sentinela. O chefe de reportagem, José Alves Pinheiro Júnior, tinha seguido, horas antes, em um jipe pintado de cinza, sem o logotipo do jornal, no rumo de Resende, onde se esperava – e de fato ocorreu – o encontro com a coluna que vinha de Juiz de Fora sob o comando do General Olímpio Mourão Filho. Acabou sendo preso, na viagem de volta.

Pelo que soubemos na época, o acontecimento militar decisivo no golpe teve dois lances: primeiro, a adesão da Academia de Agulhas Negras (dissidentes, nas

forças armadas, são geralmente colocados em cargos sem tropa, como as diretorias de ensino, e seguem conspirando), que usou os cadetes para chantagem emocional; segundo, a traição do General Amauri Kruehl, comandante do II Exército. As tropas que vieram de São Paulo para defender o governo ajudaram a derrubá-lo.

Pela adesão ao golpe, Kruehl recebeu malas contendo US 1,2 milhão (hoje, mais do dobro), levadas em mãos pelo presidente da Fiesp, Raphael de Souza Noschese. Que ele era vulnerável, todos deviam saber: ostentava vida de milionário. Na década de 1950, no *Diário Carioca*, Veneziano, o repórter fotográfico que trabalhava comigo, fotografou-o, então chefe de polícia, confraternizando com contraventor conhecido, em um bar da Praça Mauá: a foto não foi publicada porque, como acontecia com a maioria dos jornais da época, diretores da empresa recebiam da *caixinha* do jogo do bicho, da prostituição e do contrabando quotas correspondentes ao número de policiais indicados (chamados de *jóqueis*) em delegacias especializadas.

Quando acordei, no começo da tarde do dia 1º de abril, a *Rádio Nacional* mantinha a programação de resistência legalista ao golpe, mas, com o tempo, dava para perceber que não havia notícias atuais, apenas mensagens gravadas. Não demorou muito e uma voz intrometeu-se: "Aqui é um major do Exército..."

Saí de casa e fui de carro até o jornal. Lá o pessoal da portaria transferia arquivos da direção para um caminhão de frete. Um animador de auditórios, Cesar de Alencar, convocava, pela TV Tupi, a corja para o empastelamento do jornal. Quando fui embora, minutos depois, cruzei, sob a linha férrea da Praça da Bandeira, com a caravana de carros de passeio dos que vinham fazer o serviço, com o cano de armas aparecendo nas janelas.

Dei, então, longa volta pela cidade, que terminou tarde da noite. Fui bairro por bairro. Na Zona Sul, onde mora o que se chama de classe média, havia lojas abertas e, em alguns lugares, ambiente de festa: pessoas nas calçadas, bandeiras nas janelas. O mesmo acontecia na Tijuca e Rio Comprido, também considerados, na época,

“bairros bons”. No restante da cidade – Zona Norte; subúrbios da Central, Leopoldina e Linha Auxiliar; Zona Oeste e Centro – silêncio pesado, ruas vazias, nem mesmo os postos de combustível abertos. Um dia de luto.

Do passeio, voltei ao jornal. A garagem, do outro lado da rua, e os carros de reportagem incendiados (foram os bombeiros, atraídos pelo incêndio e também com guarda armada, que espantaram os depredadores). Quanto ao prédio principal, um quadro contraditório: subiram até a redação, no primeiro andar, e quebraram tudo; não ultrapassaram a porta pantográfica que vedava o acesso pela escada ao segundo e último andar, onde funcionava a administração.

No térreo é que houve o lance mais interessante, que pudemos reconstituir pelos indícios deixados.

O acesso era por um corredor estreito, com paredes revestidas de madeira envernizada. À direita, atrás de uma porta, a impressa Marinoni, velha de oitenta e tantos anos e que não era mais utilizada (as edições cariocas rodavam em outra rotativa, instalada em um prédio da Avenida Presidente Vargas, na Praça Onze, construído para o *Diário Carioca* na década de 1950). À esquerda, no fim do corredor, depois da lanchonete, o acesso ao elevador e à oficina de composição, com linotipos que compunham as matrizes das páginas.

Acontece que, bem em frente de quem entrasse, havia outra porta de vidro, esta pesada, a prova de balas: ali funcionara, em outros tempos, a caixa que movimentava o dinheiro da empresa. Alguém atirou contra a porta: deixou marca. Creio que por isso não tentaram empastelar a oficina de composição e, na madrugada do dia 2, pudemos tirar, usando as quatro máquinas de escrever que havia nos escritórios do segundo andar, uma edição especial, de quatro páginas, para que nem um dia faltássemos nas bancas.

Nas semanas ou meses seguintes, vivemos uma experiência interessante. Feito o levantamento do estoque de papel, criou-se uma economia de guerra, em que os

revista Observatório

ISSN nº 2447-4266

Vol. 2, Especial 1, maio. 2016

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2especial1p447>

empregados eram pagos, dia após dia, na ordem do menor para o maior salário. A massa de leitores não diminuiu, embora, assustados, os jornalheiros evitassem expor os exemplares nas bancas: era a expressão de solidariedade da maioria silenciada. João Goulart tinha grande apoio popular, comprovado em pesquisas de opinião que não se publicaram na época.

Samuel Wainer partiu para o exílio na França, onde negociou o jornal paulista com a *Folha de São Paulo*, que mais tarde compraria também o título do jornal carioca, em ambos casos para que não voltassem a circular: o dono, Octavio Frias, negociante vinculado a Ademar de Barros, aderiu por inteiro ao golpe militar temendo retaliação e colaborou, na década de 1970, com a Operação Bandeirantes, de repressão a movimentos divergentes.

De volta do exílio, dois ou três anos mais tarde, Samuel tentou relançar em grande estilo o jornal carioca (as oficinas de Recife, Pernambuco, foram empasteladas e as de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, apropriadas para a fundação da *Zero Hora*, que logo passaria às mãos da família Sirotsky -- Sani Sirotsky era superintendente da rede Última Hora, no Rio de Janeiro); poucas pessoas, em nosso meio acreditavam que tivesse êxito e, de fato, não teve. Implantado o discurso unânime, não haveria mais espaço, no Brasil, para mídia ideologicamente diversificada.

Creio que fui um dos últimos empregados a receber sem problemas a indenização trabalhista, em notas de dinheiro miúdo quando me mudei para a *Manchete*, de Adolfo Bloch

Após a eleição de 1966, em que mostrou força política, o *Correio da Manhã* tornou-se alvo prioritário da repressão: sua proprietária, Niomar Muniz Sodré, foi presa junto com os principais redatores; estrangulado economicamente, o jornal foi vendido a empreiteiros e agonizou até 1974.

Destino similar teve o *Diário de Notícias*, os donos, Ondina Portela Ribeiro Dantas e seu filho, João Ribeiro Dantas, que promovera e propusera, no final da

década de 1950, um projeto nacionalista (desenvolvido na PUC-Rio, sob a coordenação do Professor José Artur Rios) a Jânio Quadros, foram duramente perseguidos; o jornal circulou por algum tempo sob intervenção federal e terminou nas mãos de empresas ligadas à ditadura; com interrupções, chegou, desfigurado, a 1976.

O *Jornal do Brasil* aguentou mais tempo: mal administrado (meteu-se na aventura de uma custosa mudança de sede e compra de máquinas impressoras que logo se tornariam obsoletas), descaracterizou-se ao longo dos anos 1970, marcadamente após o afastamento de Alberto Dines da direção de redação; com linha editorial errática, tentou sem êxito competir no mercado do Rio de Janeiro com *O Globo* – a essa altura impulsionado pelo gigantesco investimento público feito na *Rede Globo*, “a emissora da revolução”. Terminou arrendado, em 2001, a um negociante do setor portuário que se dedicou à compra de títulos de veículos de comunicação falimentares (comprou também a *Gazeta Mercantil*). Irrelevante, passou, em 2010, a circular apenas online.

Rev. Observ.: No seu comentário nas redes sociais, o senhor falou a respeito de diversos grupos em 1964 - juristas de aluguel, “aliados” do governo, direita paranoica, mídia comprada, esquerda sonhadora e infiltrada, dentre outros. Como o senhor percebe a construção dos grupos no processo de 2016? Podemos falar em golpe? Ou é muito cedo para isso?

Não há como ter outro entendimento senão o de um golpe judiciário e legislativo.

A substituição da pessoa do presidente foi, na verdade, manobra para reversão de todo um projeto político; o uso de recursos de banco público para cobrir déficit ocasional de caixa, sem prejuízo financeiro, não é motivo para se depor um

governante eleito: a expressão “pedaladas fiscais” foi tipicamente usada por esconder o conteúdo a que se refere. Em sentido amplo, não se pode confundir a exigência de moralidade na gestão do dinheiro público com a judicialização da política, incompatível com a democracia, nem punir pela desonestidade (antiga, histórica) do sistema pessoa que não se comprovou ser desonesta.

Na raiz desse processo está a aliança construída, ao longo de décadas anos anteriores, entre oligarquias, os interesses multinacionais e a *modernidade dependente* de São Paulo. Desse acordo resultou uma representação parlamentar em que predominam pessoas temerosas de uma investigação séria de seus malfeitos, a par de um Judiciário que almeja todo poder.

Voltemos aos componentes da conspiração:

A formação de juristas no Brasil origina-se da escolha da carreira acadêmica do primogênito dos primeiros ocupantes da terra, que a tomaram por arbítrio do rei de Portugal ou por outra forma de esbulho. Tratava-se de validar a apropriação do território, ampliá-lo, esconder a repressão de moradores resistentes e escravos rebelados.

Isso explica, em parte, a fechada posição de classe da instituição jurídica, que tende a aderir a comportamentos conservadores. Soma-se isso à cultura genérica da profissão, fundada no corporativismo, no formalismo excessivo, na valorização das aparências e na capacidade de relativizar no discurso dados da realidade. Estavam lá nos anos 1950 e seguintes – os da *banda de música da UDN* – fabricando argumentos conforme a conveniência: a *maioria absoluta* não prevista constitucionalmente nas eleições; a ameaça da *república sindicalista*; o *abandono da presidência* com o presidente ainda em território nacional; os *atos institucionais*. Nada diferente do *domínio do fato*, da *delação premiada*, do milimetrado ritual do impeachment de Dilma Rousseff. Só que agora – pelo menos eles acham – em causa própria.

O mesmo quanto aos oligarcas, chamados, na República Velha (até 1930) de *carcomidos*. Oriundos de famílias ou clãs ideológicos que dominam estados e municípios, estão sempre onde o poder federal está. Contra eles, Getúlio Vargas, inutilmente, nomeou *tenentes interventores*. Ninguém jamais os enfrentou, militares incluídos.

A grande mídia, como vimos, é hoje quase unânime. O espaço de manobra do empresário que tenta construir, nela, uma imagem diferenciada é pequeno, como são limitadas as perspectivas de quem pretende conquistar por via comercial espaço relevante na opinião pública.. Cada mínima dissidência torna-se, assim, um ato de ousadia. No melhor estilo americano, o pensamento discordante mora em guetos: publicações marginais, colunas de ícones culturais ou jornalísticos, eventos do ciclo universitário, blogues. A Internet permite a cada um dizer de público o que pensa, mas não que muitos o ouçam; a soma de muitas vozes é apenas vozerio.

Quanto à esquerda conveniente, resulta de condições históricas peculiares. O movimento comunista no Brasil esbarrou no trabalhismo de Vargas: com sua política que, em muitos casos, antecipou lutas sociais, ele deixou ao pensamento revolucionário o espaço único da classe média: os militares da Aliança Nacional Libertadora, em 1935, os intelectuais generosos e indignados do pós-guerra, os movimentos guerrilheiros do final dos anos 1960 e início dos anos 1970.

Os descendentes fragilizados dessas propostas extremas (não digo radicais, porque, se eventualmente vão à raiz, não passam pelo caule do problema) esfacelam-se em grupos discordantes que se manifestam amplamente na juventude acadêmica. Vários deles têm sido mobilizados pela inteligência das conspirações conservadoras em operações de *falsa bandeira*; como comprova a experiência, formam quadros que, em boa parte, irão aderir a partidos de direita.

Rev. Observ.: Aproveitando esse momento ímpar, como o senhor vê as recentes mudanças nas diretrizes curriculares? Percebe ganhos e perdas?

Há ganhos, sem dúvida. Mas o ganho maior virá quando se tornar pacífico o entendimento de que a área de comunicação social como foi formatada na década de 1960 (funcionalismo+escola de Frankfurt+relativismo cultural) é um arranjo que obedeceu a intenção despolitizadora.

O jornalismo é uma prática social de origem remota, que se consolidou com a disponibilidade de meios tecnológicos (da escrita ao bit); pressupõe compromisso com a verdade factual e com os valores humanos, mas se realiza essencialmente através do domínio dos meios de produção. Sendo prática simbólica, prescinde de um estudo aprofundado dos signos, da semântica, pragmática e contextos dos discursos sociais.

Rev. Observ.: Quanto ao Estágio em Jornalismo, o senhor percebe espaço para ampliação da compreensão do trabalho do jornalista?

Hoje, o principal mercado de trabalho para jornalistas é o meio corporativo e institucional. Nele, na atividade autônoma e em empresas menores – aproveitando as oportunidades abertas pela banalização das tecnologias de produção e pela veiculação via Internet – a tendência é para a especialização por assunto e público.

Nessa área – e não nos veículos tradicionais – está a melhor oportunidade de treinamento, especialização e estágio, desde que este não seja aceito como exploração do trabalho de quem aprende – assunto de que se ocupa, em geral, a fiscalização do trabalho.

Rev. Observ.: Pensando no trabalho que executa de avaliação por pares em revistas acadêmicas, como o senhor vê esse processo?

Estou afastado da academia há dez anos. Não me julgo habilitado a avaliar trabalhos acadêmicos, exceto em itens pontuais compatíveis com minha experiência anterior.

Rev. Observ.: Qual o papel que atribui a divulgação científica?

Tudo que se publica – com exceção do primeiro *paper*, dirigido a pares de dada pesquisa – é divulgação. Inclui-se aí o artigo destinado a outros pesquisadores e áreas afins, o compêndio, orientação da aplicação prática (a médicos, por exemplo, sobre fármacos ou técnicas cirúrgicas; a engenheiros sobre fenômenos de física ou química; a usuários, sobre tecnologia), o relato de uma experiência. Cientistas precisam expor-se e expor suas ideias, até porque, assim, as terão mais claras; o que se pode fazer, eventualmente, é apoiá-los nessa tarefa.

Por isso não gosto da palavra “divulgação” para o trabalho jornalístico. Melhor – e é o que se está usando no mundo – jornalismo científico: a atualização de um conhecimento para um público amplo e o debate aberto sobre temas científicos específicos..

Acredito que se uma área de especializações em que há grande carência e cujo desenvolvimento depende tanto da vocação de quem a procura quanto da compreensão do ambiente científico. Embora seja possível especializar em jornalismo o profissional de ciência, o oposto parece mais razoável, se considerarmos os prazos de formação.

Rev. Observ.: Gostaríamos de um posicionamento seu sobre o processo de avaliação de publicações científicas, sobretudo revistas. Como você percebe esse processo? Avaliação alta quer dizer qualidade alta dos artigos?

Não estou a par de detalhes do debate que se trava sobre este assunto.

Tudo que posso dizer é que a avaliação quantitativa, gerando produção exagerada de artigos irrelevantes ou pontuais em que se fatia uma pesquisa, é, certamente, problemática.

No entanto, problemática, por igual, é a ênfase excessiva na avaliação de qualidade pelos pares, porque tende a confirmar o já sabido e conter o discurso crítico; desmerecer o pensamento novo – ou, em extremo, recorrendo ao modelo de Kuhn, prolongar o paradigma, rejeitando os sinais da revolução iminente do conhecimento em dado campo.

A melhor solução que conheço – estou importando do campo da seleção de obras de arte – é reservar uma porcentagem menor a àquilo que contraria o *mainstream* ou o interesse dominante em uma área de conhecimento.